

História, sociologia e análise do poder

History, sociology and the analysis of power

Renato M. Perissinotto¹

monseff@uol.com.br

As a minimal claim it can be said that what history is, or should be, cannot be analysed in separation from what the social sciences are, or should be. However, I should want to go much further than this. There simply are no logical or even methodological distinctions between the social sciences and history – appropriately conceived (Giddens, 1994, p. 230).

Resumo. Este texto discute a relação entre história e sociologia na produção sociológica contemporânea, notadamente em autores como Michel Foucault e Pierre Bourdieu. O artigo defende que o conceito de poder tal como elaborado por esses dois autores exige, metodologicamente falando, a colaboração entre a abordagem sociológica e a análise histórica.

Palavras-chave: História, Sociologia, poder.

Abstract. This text discusses the relationship between History and Sociology in contemporary sociological literature, especially in Michel Foucault and Pierre Bourdieu. It argues that the concept of power as understood by both French authors demands, methodologically speaking, the collaboration between the sociological approach and historical analysis.

Key words: History, Sociology, Power.

¹ Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UFPR, co-editor da *Revista de Sociologia e Política*, coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da UFPR e pesquisador do CNPq. Este texto é uma versão bastante modificada de um outro trabalho apresentado por mim na Quarta Jornada de Ciências Sociais da UFMG, no início de 2007.

Introdução

A relação entre história e sociologia não é propriamente uma questão nova. Muito pelo contrário. Ainda que as discussões a respeito dessa relação tenham sido retomadas de forma mais ou menos inovadora por alguns autores recentes – notadamente por aqueles ligados a uma disciplina significativamente intitulada de “sociologia histórica”, como Charles Tilly, Barrington Moore Junior, Reinhard Bendix, Theda Skocpol, entre outros –, é inegável que o tema já é de suma importância nos trabalhos dos clássicos da ciência social, em especial Marx e Weber.

Tanto as produções teóricas como as pesquisas substantivas dos dois grandes gênios da teoria sociológica parecem dar razão à afirmação de Giddens que encima este artigo. De fato, são incontáveis as vezes em que Marx, ao fazer a crítica da teoria econômica clássica, insistiu no caráter histórico das relações de produção capitalista, contra o viés “naturalizante” de Adam Smith e David Ricardo (Marx, 1985, p. 1.313–1.315). Nesse sentido, para Marx, o conhecimento pleno do modo de produção capitalista passava, necessariamente (ainda que não apenas), pelo conhecimento da gênese do processo histórico que deu origem a essa forma original de organizar a produção material. Isso quer dizer que conhecer as leis do modo de produção capitalista – objetivo último de *O capital* – seria impossível sem o conhecimento da história desse modo.

Quanto a Weber, as evidências acerca da relação íntima entre história e sociologia são ainda mais gritantes. Basta lembrar que o mais importante instrumento heurístico da sociologia compreensiva – o tipo ideal – só poderia ser adequadamente formulado depois de um longo processo de acúmulo de dados históricos que permitisse alguma generalização segura. O tipo ideal, como se sabe, apenas indica a “probabilidade” de que algumas ações típicas ocorram num dado contexto. Ora, para que tais ações sejam apresentadas como “prováveis” é preciso, no mínimo, que elas tenham ocorrido diversas vezes ao longo do tempo. Não por outra razão, diz Weber, “a construção conceitual da sociologia [i.e., o tipo ideal] encontra seu material paradigmático essencialmente, ainda que não de modo exclusivo, nas realidades da ação consideradas também importantes de um ponto de vista histórico” (Weber, 1984, p. 16). Portanto, os acontecimentos históricos fornecem o material para a construção conceitual, que, uma vez acabada, não poderá ser encontrada em qualquer realidade histórica concreta na sua forma pura.

Se o que foi dito acima está correto, parece que entre os clássicos (com ecos importantes na produção

recente da sociologia histórica), a relação entre história e sociologia cumpre uma finalidade específica: a história serviria às intenções generalizadoras da sociologia. A sociologia, como toda “ciência generalizadora” (Weber, 1984, p. 16), precisaria de um acúmulo de dados, fornecidos pelo conhecimento histórico, a partir do qual formularia suas “leis” ou seus “conceitos”. Os tipos ideais weberianos ou o conceito abstrato-formal de modo de produção capitalista, por exemplo, seriam induções produzidas a partir do acúmulo de evidências retiradas de casos históricos particulares.

No entanto, em alguns autores contemporâneos não parece ser esta a finalidade precípua da associação entre história e sociologia. Em Michel Foucault e Pierre Bourdieu, por exemplo, sociologia e história estão ligadas entre si por meio da idéia de “estrutura”². Por “estrutura” entende-se basicamente a existência de um conjunto de interações sociais padronizadas, regulares e que *duram* no tempo. Tais estruturas, portanto, não seriam meras abstrações conceituais, mas o resultado (frequentemente inesperado) de processos históricos marcados pela concorrência entre ações estratégicas de múltiplos atores, ações essas que, num dado momento, seriam cristalizadas em padrões comportamentais. A análise histórica jogaria um papel fundamental no desvendamento da origem dessa estrutura, o que, por sua vez, contribuiria decisivamente para “desnaturalizá-la” perante seus contemporâneos. Mais do que isso: ao desvendar a gênese de uma estrutura, a análise histórica contribuiria, ao mesmo tempo, para revelar a sua “natureza”.

Em relação a este último ponto, o conceito de poder parece ser particularmente ilustrativo. Para aqueles dois autores, o poder é uma estrutura de relações que distribui os indivíduos em posições hierarquizadas, definindo acessos desiguais a recursos sociais estratégicos. Entretanto, tal estrutura, por efeito da luta simbólica que a envolve, apresenta-se aos atores sociais (dominantes e dominados) como “legítima”, “natural”, “necessária”, “consensual”. Nesse sentido, se à sociologia cabe identificar a lógica de funcionamento interno dessa estrutura, lógica esta que distribui os atores por posições sociais estruturalmente desiguais, à história cabe revelar a origem dessa estrutura e, ao fazê-lo, combater a “amnésia da gênese” (Bourdieu e Passeron, 1992, p. 23). Ao mesmo tempo, a análise histórica dessas relações permitiria denunciar, desmistificando-o, o “consenso ilusório” que envolve essas mesmas relações no presente, mostrando ser ele o fruto de relações de poder que se constituíram no passado. Enfim, se toda relação de poder é uma estrutura, então é também, por definição, algo

² Vale lembrar que as considerações de Giddens sobre a relação entre história e sociologia iniciam-se por uma discussão do conceito de estrutura formulado pelo historiador Fernand Braudel (Giddens, 1994, p. 230-231).

regular que se estabeleceu ao longo da história, por meio de vários combates, dos quais alguns saíram vitoriosos e outros derrotados. Por ser historicamente constituída, somente uma sociologia com perspectiva histórica poderia recuperar a gênese das relações de poder e, assim, contribuir para desmistificar o consenso que a caracteriza no presente.

Este artigo divide-se em três partes. Na primeira, mostrarei como existem, na teoria social, concepções “não-históricas” do poder. Seu objetivo consiste em, pela via do contraste, reforçar ainda mais a perspectiva histórica da sociologia contemporânea. Na segunda parte, analisaremos diretamente aquilo que chamei, em outro texto, de “concepção objetivista de poder” (Perissinotto, 2007) e a importância da história para a sua operacionalização. Neste ponto, discutirei algumas proposições de Michel Foucault e Pierre Bourdieu. Por fim, na conclusão, retomarei alguns dos principais argumentos deste texto.

Uma visão aistórica: o poder como relação episódica

A fonte inspiradora dessa visão aistórica do poder é, sem dúvida nenhuma, Max Weber, mais especificamente a sua famosa definição encontrada no parágrafo 16 da primeira parte de *Economia e sociedade*. Weber nos legou uma definição admiravelmente sintética, que contém em si todas as implicações metodológicas que viriam a ser desenvolvidas posteriormente pela sociologia e pela ciência política contemporâneas. Segundo Weber: “Poder significa a *probabilidade* de *impor* a própria *vontade* dentro de uma *relação social*, mesmo que contra toda *resistência* e qualquer que seja o *fundamento* dessa probabilidade” (Weber, 1984, p. 43, *italico* nosso). Os termos fundamentais dessa definição são: probabilidade, imposição, vontade, relação social, resistência e fundamento.

Segundo esta definição, todo poder, para que possa ser exercido, exige certo “fundamento” ou “recurso”. Diferentes recursos geram diferentes espécies de poder. No entanto, um recurso por si só nunca é poder, mas apenas uma “base provável” para o seu exercício. É por essa razão que Weber define poder, a princípio, como uma probabilidade. Quem controla um dado recurso tem a *probabilidade* de exercer poder sobre outras pessoas, *caso queira*.

Para que os “fundamentos” controlados por um determinado agente deixem de ser apenas uma base provável para o poder é preciso que este mesmo agente esteja disposto a mobilizar tais recursos no interior de uma relação social. A definição weberiana de poder é, portanto, uma definição relacional (Chazel, 1996). Mas utilizados em que sentido? Os recursos são recursos de poder quando

utilizados numa relação social com vistas a garantir que a vontade de seu portador prevaleça sobre a vontade de outro ator com o qual ele se relaciona. Sendo assim, o poder é sempre uma forma de afetar o comportamento do outro da maneira desejada. Mas se reduzíssemos o poder a uma maneira de obter do outro o comportamento desejado, ele não poderia ser diferenciado de outras formas de interação social como, por exemplo, a persuasão, a manipulação, a influência ou o prestígio. Poder implica, portanto, uma *forma específica de obter do outro o comportamento desejado*.

É nesse ponto que a palavra “imposição” joga o seu papel, pois ela indica que o exercício do poder implica a mobilização de recursos estratégicos e escassos, no interior de uma relação social, de modo a produzir ameaças de “privações severas” (Kaplan e Lasswell, 1998, p. 111) que convençam o outro “a fazer algo que de outro modo não faria” (Dahl, 1969, p. 80). Evidentemente, o fato de que o poder tenha uma dimensão essencialmente coativa não quer dizer que ele se baseie apenas no uso da violência. A violência física é apenas uma dentre várias outras formas de sanção, mas nem de longe a mais corriqueira. Quanto a este ponto, as referências de Weber (1984, p. 31) aos “meios pacíficos de luta” esclarecem completamente o problema.

A tese da “imposição da vontade” aponta para dois pontos essenciais na definição weberiana de poder: o da intencionalidade e o do poder como um cálculo estratégico. A referência à “vontade” já é, em si mesma, uma referência à intencionalidade. Nesse sentido, como dizia Russell (1938, p. 35), poder é a capacidade de produzir efeitos *pretendidos*. Para que um determinado efeito seja prova do poder de um agente, é preciso estabelecer uma relação causal entre o efeito produzido e a intenção do agente de produzi-lo.

A palavra “imposição”, por sua vez, indica, além da dimensão coativa, o caráter estratégico das relações de poder. Quanto a este ponto, poderíamos formular duas perguntas: primeira, que vantagens um dado agente teria ao impor a sua vontade? Segunda, por que um outro agente aceitaria tal imposição? Numa relação de poder, tanto o agente que pretende exercê-lo quanto o que a ele se submete realizam cálculos em que visam a maximizar as suas vantagens. Quem procura exercer o poder avalia a relação custo-benefício entre as vantagens a serem obtidas com o comportamento daquele que se submete e os custos necessários, em termos de dispêndio de recursos, para obter a submissão. Da parte de quem se submete, o cálculo diz respeito ao que ele ganharia ou perderia com a obediência ou com a insubmissão. É evidente, portanto, que quem procura exercer o poder precisa saber os bens que são valorizados por aquele a quem ele pretende coagir. De nada adiantaria ameaçá-lo com a privação de bens que ele não valoriza. Desse ponto de vista, o poder nunca é

“unilateral”, mas é sempre, em última instância, uma decisão produzida a partir do cálculo elaborado pelos dois pólos da relação³.

A meu ver, diferentemente do que pensa Giddens (1998), a definição de Weber identifica, sim, o poder como um relação de conflito. No entanto, para esclarecer esse ponto, duas observações são importantes. Primeiramente, é preciso diferenciar “conflito” de “resistência”. A definição de Weber aponta para a idéia de conflito ao dizer que o poder é uma relação de “imposição de vontade”. No entanto, nem toda relação de conflito implica, necessariamente, o exercício aberto da resistência por parte daquele que se submete. As relações de poder quase sempre se desenvolvem de maneira bem mais sutil. É o caso da “regra das reações antecipadas” (Crenson, 1971). Nessas situações, “B” adota o comportamento desejado por “A” sem esboçar resistência e sem que “A” tenha que enunciar uma ordem, pois “B”, pela experiência pretérita, sabe das conseqüências negativas que sofreria caso desobedecesse. Nesse caso, não presenciamos nenhuma resistência, mas a relação ainda é de conflito, isto é, de antagonismo entre as preferências dos envolvidos na relação.

Resumindo, podemos dizer que, na tradição weberiana, o poder é uma relação social de conflito (e eventual resistência) entre dois atores *conscientes* do caráter antagônico de suas preferências, na qual “A” consegue fazer com que as suas preferências em relação a determinado assunto prevaleçam sobre as preferências de “B” em relação ao mesmo assunto, valendo-se, para tanto, do uso de recursos escassos que lhe permitem ameaçar ou efetivamente impor a “B” privações severas, desde que os custos dessa ameaça ou imposição não se aproximem ou superem os benefícios obtidos por A, aplicando-se a B o mesmo cálculo em relação à submissão.

Isto posto, quais são as exigências metodológicas que devemos cumprir e quais evidências devemos reunir para comprovar que uma relação social é uma relação de poder? Como bem notou Polsby (1974, p. 4), o poder, assim definido, é sempre uma *decisão*. Decidir, nesses casos, é a capacidade de definir o curso dos eventos de acordo com os interesses de quem decide e em detrimento dos interesses de quem se submete. Por essa razão, Steven Lukes (1976) tem razão ao afirmar que esse tipo de definição, ao entender poder como uma relação baseada num *conflito observável entre preferências antagônicas*, já fornece em si mesma a evidência empírica de sua afirmação. Para ser mais específico, uma relação social entre duas vontades antagônicas, em que uma delas prevalece sobre a outra graças a ameaças de privações severas, traz consigo a contraprova necessária para provar que tal relação é uma

relação de poder. O analista já sabe de antemão que “A” prefere *x* e “B” prefere *y*, mas observa também que “B” faz *x* e não *y*. Sendo tal conflito entre preferências observável, o analista sabe que o fato de “B” adotar o comportamento desejado por “A” é a prova do poder deste sobre “B”. A “imposição da vontade” numa relação entre preferências manifestamente antagônicas se constitui, portanto, na evidência empírica que nos permite dizer que uma dada relação é uma relação de poder.

Esse tipo de concepção foi muito utilizada pela sociologia e pela ciência política para analisar processos decisórios em relação a temas específicos. A idéia por detrás de sua operacionalização é que não há nada “estrutural” ou “oculto” nas relações de poder. Em geral, elas se desenvolvem entre atores conscientes e em relação a assuntos determinados. Nesses casos, dois atores interessados, por exemplo, A e B, enfrentam-se em relação a um assunto específico, por exemplo, Y. O poder de A sobre B, revelado por meio do predomínio das preferências de A em relação a Y, refere-se única e exclusivamente ao processo decisório de Y. Nada garante que, encerrado esse processo, o poder de A sobre B se manifeste em outros momentos. É nesse sentido que a relação de poder entre A e B é puramente *episódica*, desprovida de história. Ela ocorre num dado momento, numa dada conjuntura e num dado contexto. Fora disso não há nada que possamos falar da relação entre A e B como sendo uma relação de poder. Fora disso, ela se desfaz para se refazer, inverter-se ou simplesmente desaparecer caso A e B não participem mais conscientemente de uma mesma interação social. Enfim, sendo totalmente marcada pelo conflito aberto, pela interação entre atores conscientes do caráter antagônico de suas preferências e, por fim, totalmente episódica, esta relação é “auto-evidente”. Portanto, o sociólogo que lança mão desse conceito não precisaria da análise histórica para desvendar relações de poder que se revelam como tais por si mesmas.

O poder como estrutura e a necessidade da história

A sociologia contemporânea rejeita os pressupostos da visão episódica do poder. Essa visão, como vimos, detém-se exclusivamente em relações de conflito entre preferências antagônicas, mas em nenhum momento pretende analisar o processo social de *formação* dessas preferências. Ao contrário, os adeptos da teoria estrutural do poder, ao se colocarem o problema do processo de formação das preferências, podem lançar como *hipótese de trabalho* a idéia de que um dado consenso *pode* ser o resultado de relações

³ O desenvolvimento desse raciocínio conduz, como se sabe, à teoria do poder como uma relação de troca desigual baseada no controle de recursos estratégicos (Blau, 1969). Para um resumo dessa teoria, ver Panebianco, (2005, cap. II). Ver também Korpi (1985).

de poder, isto é, de interações que levam os dominados a *desejar* coisas que de outro modo não desejariam (Lukes, 1976). O resultado de uma relação social desse tipo seria produzir uma adesão dos dominados aos valores dominantes de modo que a relação de dominação não fosse percebida como tal, mas sim como um acordo tácito em torno de valores tidos como verdadeiros por todos.

Portanto, qualquer autor filiado a esse ponto de partida, guardadas as diferenças teóricas e metodológicas entre eles, aceita como plausível a existência de um tipo de domínio, por assim dizer, *psíquico*, que opera de forma muito mais sutil e imperceptível do que as rudes ameaças de privações severas. Tratar-se-ia, assim, de uma “forma suprema de exercício do poder”, que consiste em “levar alguém a ter desejos que se quer que ele tenha, isto é, a assegurar sua obediência controlando seus pensamentos e desejos” (Lukes, 1976, p. 23)⁴. Forma suprema e muito mais eficaz de poder, já que tem “o espírito como superfície de inscrição”, já que opera “não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei, mas pela normalização, não pelo castigo, mas pelo controle”, ou seja, por meio de uma série de mecanismos sutis que o tornam imperceptível aos agentes a ele submetidos (Foucault, 2002a, p. 86, 2001, p. 85-86). Enfim, um tipo de “poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos” (Bourdieu, 1989c, p. 8).

As dificuldades metodológicas a serem resolvidas por essa perspectiva são evidentes. Como vimos, na visão episódica de poder o conflito observável entre os atores e o predomínio de uma vontade sobre a outra fornecem a evidência necessária e suficiente para que uma relação seja identificada como uma relação de poder. Nesses casos, conseguimos observar um determinado agente contrariado, forçado por meio de ameaças a fazer aquilo que de outro modo não faria. Esse agente, caso questionado acerca de sua situação, certamente não hesitaria em se reconhecer como dominado. Mas como encontrar o poder numa relação em que o próprio dominado não se reconhece como tal? Como é possível interpretar o consenso em torno de determinados valores como poder? Que tipos de evidências são agora necessárias e quais procedimentos devemos adotar para coletá-las?

É em relação a este ponto que as contribuições de Michel Foucault e Pierre Bourdieu me parecem fundamentais. Não é nosso objetivo recuperar aqui os traços essenciais da sociologia do poder presente na extensa obra desses dois autores, mas sim enfatizar o que ambas têm em comum, notadamente na sua compreensão acerca do poder e do método mais adequado para analisá-lo.

O que Foucault e Bourdieu têm em comum é, por assim dizer, uma desconfiança em relação ao consenso que caracteriza as relações sociais presentes. Essa desconfiança estaria autorizada por uma percepção inicial acerca das desigualdades que caracterizam a distribuição de recursos sociais.

Para Bourdieu, essa desigualdade se expressa por meio do acesso diferenciado que os agentes sociais têm ao capital específico de um determinado campo. Como o capital é o recurso que determina as possibilidades de ganho, aqueles com uma menor quantidade de capital têm menos chances de produzir ganhos no jogo que caracteriza o campo (Bourdieu, 1989a, p. 133-134). Para Foucault, essa desigualdade se revela por meio das posições que os agentes ocupam no “sistema de diferenciações”, isto é, o sistema que define as “diferenças jurídicas ou tradicionais de estatuto e de privilégios; diferenças econômicas na apropriação das riquezas e dos bens; diferenças de lugar nos processos de produção; diferenças lingüísticas ou culturais; diferenças na habilidade e nas competências etc.” Essas diferenças estruturadas seriam, ao mesmo tempo, condições e efeitos do poder (Foucault, 1995, p. 246). Para os dois autores, essa percepção inicial de que a sociedade se estrutura com base numa distribuição desigual de recursos, que, por sua vez, produz desigualdades estruturais quanto à capacidade de ação dos atores sociais, torna legítimo supor que a continuidade dessa situação se deva a mecanismos de poder que “convencem” os dominados a aceitarem a sua posição inferior no sistema de diferenciações ou nas relações de força que caracterizam o campo. Ou por outra, seria lícito supor que os dominados gostariam de reverter a sua posição caso tivessem consciência dela.

Esse me parece ser um procedimento metodologicamente legítimo. Segundo Gaventa, quando evidentes desigualdades ocorrem na distribuição de recursos reconhecidamente valorizados pelos atores no sistema e quando os prejudicados por essa desigualdade adotam uma postura apática, é lícito supor que tal apatia não seja “natural”, mas o resultado de relações de poder (1980, p. 26, nota 67). Com esse procedimento inicial, o analista pode elaborar o que Wolfinger (1971, p. 1.072) chamou de uma “teoria rudimentar” do que seria hipoteticamente o comportamento racional desses agentes caso tivessem plena consciência dos seus interesses.

Após esse procedimento inicial, Bourdieu e Foucault sugerem que o consenso (ou a apatia) em torno dessa situação de desigualdade pode ter sido produzido por relações de

⁴ Apesar de alguns dos principais autores vinculados a essa perspectiva serem francamente críticos do marxismo (como Foucault e Bourdieu), não seria incorreto dizer que esse tipo de análise tem, na sua essência, alguma proximidade com a teoria marxista da ideologia. Tanto num caso como no outro, o dominado é levado inconscientemente a aderir aos valores e crenças que justificam o poder dos dominantes. A proximidade, entretanto, termina por aí, pois a oposição entre ciência e ideologia e o vínculo exclusivo da teoria da ideologia com a teoria da classe social, tão recorrentes no marxismo, são pontos categoricamente refutados por alguns dos autores analisados neste texto.

poder, que, pelos seus resultados, parece funcionar de maneira bastante diferente daquela preconizada pela tradição weberiana. Ou seja, trata-se de um poder que não produz ameaças, mas sim o convencimento e a submissão simbólica ao estado atual das coisas. Ambos se referem, assim, à invisibilidade de um poder que age de maneira sutil e cotidiana, moldando sistematicamente as preferências dos atores envolvidos, inclusive, aliás, dos dominantes. Este poder reside, na verdade, em eficientes processos de socialização geradores, no caso de Foucault, de almas disciplinadas e, no caso de Bourdieu, de agentes portadores de um *habitus* adequado à sua posição social (Foucault, 2002a; Bourdieu, 1983, 1989b). Nesses casos, como nos lembra Lukes, o poder não opera apenas por atos baseados em cálculos individuais, mas também, e principalmente, por comportamentos de grupos socialmente estruturados, culturalmente padronizados e por meio de práticas institucionais que excluem “comportamentos indesejados” (Lukes, 1976, p. 21-22)⁵.

Por essa razão, para Bourdieu e Foucault, o estudo do poder deve priorizar não as ações estratégicas que os atores adotam para realizar seus objetivos (como fazem os adeptos de uma visão episódica), mas sim o mecanismo social que produz a adesão sincera de todos os agentes às regras do jogo, regras essas que definem quais são os objetivos legítimos e quais são os ilegítimos (isto é, aqueles que ameaçam as regras do jogo). Assim, o poder reside, sobretudo, na aceitação, por parte de todos os agentes, da distinção entre o pensável e o impensável, entre o dizível e o indizível, distinção essa que legitima a estrutura de relações de força predominante no campo e estigmatiza qualquer visão alternativa. É desse modo que o poder opera com o consentimento ativo do dominado (Bourdieu, 1989c).

O problema metodológico que se apresenta aqui é o mesmo identificado por Steven Lukes: como provar que uma relação de consenso se constitui numa relação de poder? No entanto, creio que a saída sugerida tanto por Foucault como por Bourdieu é mais interessante do que aquela proposta por Lukes. Para aqueles dois autores, só há uma maneira de descobrir o poder ali onde aparentemente predomina o consenso, e essa maneira é lançar mão da análise histórica. Nesse sentido, não se trata mais de aguardar um momento futuro, de crise, como no caso de Steven Lukes, mas olhar para o passado a fim de recuperar a história de uma relação que, no presente, parece ancorada na aceitação. Se essa história nos revelar que o processo pelo qual “nos tornamos o que somos” (Foucault,

1995, p. 232) é perpassado por conflitos entre visões de mundo diversas e antagônicas, resultando na derrota sistemática de alguns e na vitória permanente de outros, poderíamos dizer que no momento presente vivemos sob a “ilusão do consenso” (Bourdieu e Passeron, 1992, p. 19). Assim, as relações sociais presentes são a institucionalização de lutas passadas ou, melhor dizendo, a *cristalização das posições vencedoras*.

Por essa razão, Foucault adota a “genealogia do poder” como nova estratégia analítica a partir de *Vigiar e punir*. O método genealógico tem claramente uma dimensão histórica, já que a palavra “genealogia” nos remete a elementos antecedentes que redundaram numa situação presente. Trata-se de “desconfiar” das relações presentes, de rejeitar qualquer tentativa de naturalizá-las e de naturalizar os discursos que elas produzem. O objetivo da genealogia do poder é, portanto, captar, por meio da “erudição histórica” (Foucault, 2002b, p. 7 e ss.), o modo como essas relações atuais se constituíram. O objetivo é recuperar “um saber histórico das lutas” e ver como se dá “a utilização deste saber nas táticas atuais”, como, nesse processo histórico, várias memórias, várias resistências, vários saberes locais foram sepultados e sujeitados a um saber atualmente hegemônico. Pelas mesmas razões, para Bourdieu, a pesquisa histórica “é uma ciência do inconsciente”, que, ao trazer à luz tudo o que está oculto pela opinião naturalizada, “fornece os instrumentos de uma verdadeira tomada de consciência” (1989a, p. 105). Com esses dois autores, História e Sociologia se constituem em saberes inseparáveis na busca do conhecimento das relações de poder⁶.

Essa estratégia analítica não é interessante apenas porque permite introduzir (e desvendar) a questão do consenso como uma dimensão do poder. Além disso, ela permite perceber o poder como uma relação duradoura e não como uma relação “episódica”, tal como na perspectiva anterior. Como vimos, os autores filiados a essa perspectiva tendem a reduzir o poder a uma interação que se estabelece entre alguns atores que agem estrategicamente para realizar um fim num processo decisório qualquer. Uma vez encerrado esse processo, as relações de poder se desfazem para, se for o caso, restabelecerem-se entre outros agentes, num outro processo decisório. É nesse sentido que, para Foucault e Bourdieu, não interessa tanto a miríade de ações estratégicas e episódicas adotadas pelos atores sociais, mas sim a “estrutura” que enquadra tais ações dentro de um conjunto de fins legítimos (autorizados), às vezes

⁵ É verdade que, para os sociólogos franceses, onde há poder, há resistência por meio de práticas sociais que fornecem uma visão alternativa do mundo. No entanto, essa resistência ocorre, com muita frequência, sem que as regras do jogo sejam de fato colocadas em questão. Por essa razão, as transformações sociais são quase sempre entendidas como “revoluções regradas” (Bourdieu, 1983, p. 76), isto é, mudanças parciais que se dão a partir das próprias regras que pretendem transformar. Outro autor para quem a resistência simbólica às relações de domínio constitui-se em importante evidência das relações de poder é Ted Benton (1981, p. 172-177).

⁶ Observe-se, ainda, que esses dois autores rejeitam categoricamente uma visão teleológica da história. As relações de poder existentes no presente não são nem o resultado desejado por um sujeito histórico consciente nem fruto das necessidades funcionais da história. São, ao contrário, o resultado não antecipado de lutas e estratégias passadas (Foucault, 1982, p. 18-28; Bourdieu, 1989d, p. 75-76, nota 1).

perseguidos estrategicamente, às vezes realizados como um hábito⁷. Essa estrutura é o poder, e o poder, assim entendido, é um fato duradouro e invisível que só pode ser desvendado pela análise histórica.

Conclusão

O objetivo deste artigo não foi tratar as duas concepções de poder como antagônicas. Fazê-lo seria desconhecer a complementaridade entre ambas, percebida, aliás, pelo próprio Weber. A clássica distinção entre “poder” e “dominação”, nesse sentido, parece-me ainda muito atual, ao menos como orientação analítica geral. Ainda que, enquanto tipos ideais, esses dois conceitos descrevam relações sociais distintas, baseadas em motivações bem diferentes, o fato é que Weber sempre discutiu os dois conceitos juntos e chegou a definir a dominação com uma espécie de poder. Essa junção dos dois conceitos é importante exatamente porque permitiria conjugar as duas dimensões apresentadas como opostas pelas visões episódica e estrutural do poder (ou pelo menos quase nunca pensadas conjuntamente por elas).

O que quisemos enfatizar neste artigo é que a proximidade recente entre história e sociologia parece dever-se, em grande parte, à concepção de poder adotada pela sociologia contemporânea, notadamente por autores como Michel Foucault e Pierre Bourdieu. Ao insistirem que o poder é uma relação marcada não pelo conflito aberto, mas por um “consenso ilusório” produzido ao longo do tempo, eles incentivaram a colaboração entre as duas disciplinas. Nessa colaboração, cabe à sociologia desvendar a regularidade das desigualdades criadas pelas relações de poder; à história cabe desmistificar o consenso que a caracteriza no presente e contribui para a sua reprodução. A maneira de mostrar que tal consenso não é a expressão de uma concordância genuína entre as partes, mas sim o fruto de uma relação de dominação, é, como mostraram Foucault e Bourdieu, recuperar a história dessa mesma relação. Dessa forma, a citação de Giddens reproduzida no início deste artigo faz todo sentido. A concepção de poder adotada por esses autores só pode ser adequadamente (i.e., cientificamente) operacionalizada por meio da análise histórica das relações sociais.

Por fim, vale observar que, a nosso ver, é fundamental para a análise sociológica operacionalizar conjuntamente os dois conceitos de poder discutidos brevemente neste texto. Como disse Weber, relações transitórias podem dar origem

a relações mais estáveis, genuína e relações mais estáveis podem se desfazer com o tempo (1984, p. 22)⁸. Nesse sentido, a contraposição entre as duas formas de entender o poder só faz mesmo sentido na medida em que as tomamos como tipos ideais que descrevem motivações qualitativamente distintas. No entanto, a análise das relações políticas não pode optar por uma em detrimento da outra. Fazê-lo significaria menosprezar o fato de que as interações estratégicas que caracterizam o “poder episódico” ocorrem no interior de “estruturas de dominação” que definem os limites e os objetivos daquelas interações e que as estruturas de dominação, por sua vez, podem ser alteradas pelos efeitos não antecipados gerados pelas interações estratégicas. A conjugação dos conceitos de poder e dominação nos permitiria, assim, pensar tanto o problema da reprodução social (sempre tão espinhoso para os defensores de uma visão estritamente episódica do poder) como a questão da transformação social (sempre mal resolvido pelos estruturalistas).

Referências

- BENSMAN, J. 1979. Max Weber's Concept of Legitimacy: An Evaluation. In: A.J. VIDICH e R.M. GLASSMAN (eds.), *Conflict and Control: Challenge to Legitimacy of Modern Governments*. London, Sage, p. 17-48.
- BENTON, T. 1981. Objective Interests and the Sociology of Power. *Sociology*, 15(2):161-184.
- BLAU, P. 1969. Differentiation of Power. In: R. BELL; D.V. EDWARDS e H.R. WAGNER (eds.), *Political Power: A Reader in Theory and Research*. New York, The Free Press, p. 293-308.
- BOURDIEU, P. 1983. Os três modos de conhecimento e estruturas, *habitus* e práticas. In: R. ORTIZ, *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo, Editora Ática, p. 46-81. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 39).
- BOURDIEU, P. 1986. Habitus, code et codification. *Actes de la Recherche en Science Sociales*, 64:40-44.
- BOURDIEU, P. 1989a. Espaço social e gênese das “classes”. In: P. BOURDIEU, *O poder simbólico*. Lisboa, Editora Difel, p. 133-161.
- BOURDIEU, P. 1989b. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: P. BOURDIEU, *O poder simbólico*. Lisboa, Editora Difel, p. 59-74.
- BOURDIEU, P. 1989c. Sobre o poder simbólico. In: P. BOURDIEU, *O poder simbólico*. Lisboa, Editora Difel, p. 7-16.
- BOURDIEU, P. 1989d. *Le mort saisit le vif*: as relações entre a história reificada e a histórica incorporada. In: P. BOURDIEU, *O poder simbólico*. Lisboa, Editora Difel, p. 75-107.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J.C. 1992. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 278 p.

⁷ Certamente, Foucault e Bourdieu não negam que os atores sociais adotam condutas estrategicamente orientadas, mas insistem na maior importância de outros “princípios geradores das práticas”, como o *habitus* ou o *processo de normalização*. Ver, por exemplo, Bourdieu (1986, p. 40) e Foucault (2001, p. 90-91).

⁸ Segundo Bensman, Weber admite explicitamente que uma ordem inicialmente imposta pela coação pode, no longo prazo, tornar-se legítima (Bensman, 1979, p. 21-22). Ou, dito de outra forma, “atores podem investir recursos de poder na construção de estruturas e instituições que, no longo prazo, afetam e constroem o comportamento de outros atores” (Korpi, 1985, p. 38).

- CHAZEL, F. 1996. Poder. In: R. BOUDON (org.), *Tratado de sociologia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, p. 213-245.
- CRENSON, M.A. 1971. *The Un-Politics of Air Pollution: A Study of Non-Decisonmaking in the Cities*. Baltimore/London, The Johns Hopkins Press, 227 p.
- DAHL, R.A. 1969. The Concept of Power. In: R. BELL; D.V. EDWARDS e H.R. WAGNER, *Political Power: A Reader in Theory and Research*. New York, The Free Press, p. 79-93.
- FOUCAULT, M. 1982. *Microfísica do poder*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 294 p.
- FOUCAULT, M. 1995. O sujeito e o poder. In: P. RABINOW e H. DREYFUS, *Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 231-249.
- FOUCAULT, M. 2001. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 152 p.
- FOUCAULT, M. 2002a. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Editora Vozes, 262 p.
- FOUCAULT, M. 2002b. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 382 p.
- GAVENTA, J. 1980. *Power and Powerlessness: Quiescence and Rebellion in an Appalachian Valley*. Chicago, University of Illinois Press, 219 p.
- GIDDENS, A. 1998. "Poder" nos escritos de Talcott Parsons. In: A. GIDDENS, *Política, sociologia e teoria social*. São Paulo, Unesp, p. 241-262.
- GIDDENS, A. 1994. *Central Problems in Social Theory: Action, Structure and Contradiction in Social Analysis*. Los Angeles, University of California Press, 294 p.
- KAPLAN, A. e LASSWELL, H. 1998. *Poder e sociedade*. Brasília, UnB, 328 p.
- KORPI, W. 1985. Power Resources Approach vs. Action and Conflict: On Causal and Intentional Explanations in the Study of Power. *Sociological Theory*, 3(2):31-45.
- LUKES, S. 1976. *Power: A Radical View*. London, The Macmillan Press, 120 p.
- MARX, K. 1985. *Teorias da mais-valia: História crítica do pensamento econômico: vol. III*. São Paulo, Difel, 517 p.
- PANEBIANCO, A. 2005. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo, Martins Fontes, 537 p.
- PERISSINOTTO, R.M. 2007. *Poder: imposição ou consenso ilusório? Por um retorno a Max Weber*. Texto apresentado na Quarta Jornada de Ciências Sociais. UFMG, mimeo., 23 p.
- POLSBY, N. 1974. *Community Power and Political Theory*. 11ª ed., New Haven, Yale University Press, 144 p.
- RUSSELL, B. 1938. *Power: A New Social Analysis*. London, George Allen & Unwin, 328 p.
- WEBER, M. 1984. *Economia y sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica, 1.237 p.
- WOLFINGER, R.E. 1971. Nondecisions and the Study of Local Politics. *American Political Science Review*, 65:1063-1080.

Submetido em: 17/09/2007

Aceito em: 04/10/2007